

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor  
Nome: José Damiro Moraes  
E-mail: jose.moraes@unirio.br  
Instituição Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Submetido: 18/11/2018  
Aprovado: 21/03/2019  
Publicado: 04/06/2019

[doi> 10.20396/rho.v19i0.8654016](https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8654016)  
e-Location: e019024  
ISSN: 1676-2584



## ESCOLA NOVA E BOLCHEVISMO: EPISÓDIOS EXEMPLARES DE UM EMBATE

José Damiro Moraes<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar dois episódios que ocorreram no ano de 1937 e envolveram dois signatários do Manifesto de 1932: o educador Lourenço Filho e a conhecida escritora e educadora Cecília Meireles. A partir da análise de documentos da biblioteca do Conselho Nacional de Educação e do Arquivo do Supremo Tribunal Federal, trazemos algumas reflexões sobre o fechamento da Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco dirigido por Cecília Meireles, acusado de conter livros comunistas e os impactos deste fechamento no interior do Conselho Nacional de Educação. Neste episódio, Lourenço Filho foi alvo de acusação pelo jornal O Povo de ser comunista justamente em um momento que diversas pessoas estavam presas e investigadas por suposta participação na “Intentona Comunista” de 1935. O estudo analisou fontes primárias e procurou confrontar com elementos que apontavam no horizonte cada vez mais próximo a imposição de um Estado de Exceção, que se configurou em novembro de 1937. Neste sentido, compreender esses episódios como cenas acessórias junto à ação principal da complexa realidade do período em que a Escola Nova se colocava como uma alternativa à educação do período ajuda a problematizar a complexa realidade dos anos 1930 e seus desfechos.

**PALAVRAS-CHAVE** Escola nova. Lourenço Filho. Cecília Meireles.



## NEW SCHOOL AND BOLCHEVISMO: EXEMPLARY EPISODES OF AN EMBATE

### Abstract

This article aims to study two episodes that occurred in the year 1937 and involved two signatories of the 1932 Manifesto: the educator Lourenço Filho and the well-known writer and educator Cecília Meireles. From the analysis of documents from the library of the National Council of Education and the Archive of the Supreme Federal Court, we bring some reflections on the closure of the Children's Library of the Moorish Pavilion directed by Cecília Meireles, accused of containing communist books and the impacts of this closure in the interior of the National Council of Education. In this episode, Lourenço Filho was accused by the newspaper O Povo of being communist precisely at a time when several people were arrested and investigated for alleged participation in the "Communist Intent" of 1935. The study analyzed primary sources and sought to confront with elements that pointed on the horizon closer and closer to the imposition of a State of Exception, which was set up in November 1937. In this sense, to understand these episodes as incidental scenes next to the main action of the complex reality of the period in which the New School posited itself as an alternative to the education of the period helps to problematize the complex reality of the 1930s and its outcomes.

**Keywords:** New school. Lourenço Filho. Cecília Meireles.

## ESCUELA NUEVA Y BOLCHEVISMO: EPISODIOS EJEMPLARES DE UN EMBATE

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo estudiar dos episodios que ocurrieron en el año 1937 e involucraron a dos signatarios del Manifiesto de 1932: el educador Lourenço Filho y la conocida escritora y educadora Cecilia Meireles. A partir del análisis de documentos de la biblioteca del Consejo Nacional de Educación y del Archivo del Supremo Tribunal Federal, traemos algunas reflexiones sobre el cierre de la Biblioteca Infantil del Pabellón Mourisco dirigido por Cecilia Meireles, acusado de contener libros comunistas y los impactos de este cierre en el interior del Consejo Nacional de Educación. En este episodio, Lourenço Filho fue objeto de acusación por el diario El Pueblo de ser comunista justamente en un momento que varias personas estaban presas e investigadas por supuesta participación en la Intentona Comunista de 1935. El estudio analizó fuentes primarias y buscó confrontar con elementos que apuntaban en el horizonte cada vez más cercano a la imposición de un Estado de Excepción, que se configuró en noviembre de 1937. En este sentido, comprender esos episodios como escenas accesorias junto a la acción principal de la compleja realidad del período en que la Escuela Nueva se colocaba como una alternativa a la educación del período ayuda a problematizar la compleja realidad de los años 1930 y sus resultados.

**Palabras clave:** Escuela nueva. Lourenço Filho. Cecília Meireles.



## ESCOLA NOVA E BOLCHEVISMO: EPISÓDIOS EXEMPLARES DE UM EMBATE

Noticiou se que o senhor Henrique Dodsworth, prefeito-interventor do Districto Federal, visitou a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco. Reparou, surpresa, na existência de grande quantidade de livros considerados prejudiciais á infância pelo sentido bolchevista dos mesmos.

Eram livros que o Sr. Anísio Teixeira dizia representar a “Escola Nova”. O objetivo desta biblioteca era justamente de propagar o bolchevismo de acordo com as tendências dos chamados “educadores modernistas”. Dahí a nomeação da professora Cecília Meirelles para sua directora.

Ninguém mais indicado no caso dadas as suas sympathias esquerdistas. (ESCOLA..., 1937, p. 01).

### INTRODUÇÃO

Os anos que antecedem 1937 foram tomados por diversos episódios que revelam a tensão em torno das questões políticas e econômicas e suas relações com correntes ideológicas como o Integralismo (uma leitura do Fascismo por grupos brasileiros), Comunistas e Anarquistas. Bem como setores conservadores que não estavam alinhados diretamente ao Integralismo mas eram simpáticos a Mussolini e Hitler. Esse debate também ocorreu no campo educacional desde a nomeação de Francisco Campos como ministro da Educação passando pelo Decreto do Ensino Religioso combatido por Cecília Meireles. (MORAES, 2016). No campo das ações, o enfrentamento feito pelos anarquistas e outros grupos políticos contrários ao fascismo em outubro de 1934 na praça da Sé em São Paulo contra os Integralistas, e o levante de comunista em 1935.

Dentro deste panorama de agitação, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) fazia-se atuante desde sua fundação oficial - em março de 1935 - objetivando organizar setores da sociedade. Podemos entender a ANL como uma frente plural da esquerda daquele momento político. Aglutinava pensamentos opostos na concepção de organização político-econômico-social, mas que, acima das diferenças, cerravam fileiras no combate a inimigos comuns: o imperialismo e o fascismo em sua versão tupiniquim - o Integralismo. Seus comícios arregimentavam milhares de pessoas. Estavam lado-a-lado comunistas, trotskistas, socialistas e anarquistas, sendo que cada um destes agrupamentos possuía uma compreensão própria do que representava a Aliança. Isto fica claro nas palavras dos jornais libertários. Em um deles, em julho de 1935, pregava-se: “[...] enquanto os aliancistas estiverem na oposição, no combate ao fascismo, ao latifundismo (sic) e a tirania governamental [...]” (UMA CONFERÊNCIA..., 1935, p. 02), anarquistas e aliancistas estariam juntos, mas advertiam: “Quando a Aliança Nacional Libertadora constituir o Estado, isto é, quando ela for governo [...] os anarquistas continuarão a sua obra, objetivando a completa emancipação do povo do jugo de todas as tiranias e exploração.” (UMA CONFERÊNCIA..., 1935, p. 02).



Importante recordar que organizações como a ANL já estavam na mira do Governo de Getúlio Vargas que com a Lei nº 38, também conhecida como Lei de Segurança Nacional, de 4 de abril de 1935, definia os “crimes contra a ordem política e social” e deliberava, em seu artigo primeiro, que “Tentar diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida [...]” seria considerado crime, sendo que a pena variava de “[...] reclusão por seis a dez anos aos cabeças e por cinco a oito aos co-réus.” (BRASIL, 1935c).

Além disso, a Lei de Segurança Nacional determinou também penas de seis meses a dois anos de prisão às ações como “[...] incitar diretamente o ódio entre classes sociais [...]” ou “[...] instigar as classes sociais à luta pela violência.” (BRASIL, 1935c). Finalmente, o golpe fatal para a existência das entidades como a ANL, entre outras, estava ancorado no art. 29, que deliberava sobre o caráter das atividades das organizações que, sendo caracterizadas como subversivas da ordem política ou social, seriam fechadas pelo Governo. (BRASIL, 1935c).

Após o discurso de Luis Carlos Prestes, proferido em 5 de julho de 1935, no qual conclamava a Aliança Nacional Libertadora a tomar o poder, a resposta do Governo Getúlio Vargas não tardou. Veio sob a forma do Decreto nº 229, de 11 de julho de 1935, declarando o fechamento da ANL e de seus núcleos em todo o território nacional. (BRASIL, 1935a). A repressão alastrou-se e não poupou, por exemplo, a União Feminina do Brasil (UFB), entidade que havia declarado apoio à ANL e que era presidida pela educadora e signatária do Manifesto de 1932, Armanda Álvaro Alberto. Assim, as atividades desta entidade feminista foram encerradas pelo mesmo decreto que fechou a ANL.

Todavia, permaneceu a dúvida da extensão deste decreto sobre a UFB. As forças conservadoras e de vigilância controladas por Getúlio Vargas e Vicente Rao<sup>2</sup> (ministro da Justiça) rapidamente lançaram mão de mais uma publicação no Diário Oficial, o Decreto nº 246 de 19 de julho de 1935. Neste, a UFB era enquadrada também como sociedade que realizava “[...] atividade subversiva da ordem política e social, ordenando o fechamento dos seus núcleos em todo o território nacional.” (BRASIL, 1935b). Em sua luta pela legalidade, o advogado Heitor Lima impetrou um mandado de segurança, que recebeu o número 127, com o objetivo de restaurar a continuidade dos trabalhos da UFB. Valendo-se dos artigos da Constituição Federal que defendem a *liberdade de pensamento* e o *direito à associação* (BRASIL, 1935d, p. 04) o advogado organizou a defesa. Na documentação, anexou recortes de jornais e utilizou o argumento de que a entidade feminista não se havia filiado à ANL, mas sim declarado apoio à sua luta contra o integralismo. Por fim, questionava a ação do governo que, na interpretação acerca do caráter da UFB, julgava-a como subversiva a partir da Lei de Segurança Nacional. (BRASIL, 1935d, p. 04).

Como anexo ao mandado de segurança, Heitor Lima colocou alguns documentos, entre os quais o Manifesto Programa da UFB, no qual a associação apresentava a seguinte definição: “[...] não é uma organização política, nem está ligada a nenhum partido político,



mas defenderá em seu programa direitos econômicos, sociais e políticos da mulher.” (BRASIL, 1935d, p. 05). Entretanto, a discussão do mandado pelo corpo de juízes do Supremo Tribunal Federal direcionou-se no sentido de corroborar a atitude governista. Nas palavras do ministro Carvalho Mourão, concordando com o parecer e o voto do Relator Ministro Costa Manso, havia “[...] **a presunção da verdade** [...]” em todas as afirmações do Governo porque, segundo ele, “[...] **os atos das autoridades se presumem legais** [...]”, sendo que esta conjectura não era *juris et de jure*, mas *juris tantum*<sup>3</sup>. (BRASIL, 1935d, p. 49, grifo nosso). Portanto, caberia aos que alegam a ilegalidade de um ato da autoridade provar que este é ilegal. Esse voto contrário a UFB apontava a arbitrariedade e que o Estado de Exceção estava posto no campo da justiça. A condução do debate culminou com a denegação do mandado de forma unânime pelo Supremo Tribunal em 23 de setembro de 1935 (BRASIL, 1935d, p. 53), fato que impediu a continuação das atividades da UFB.

Esta situação poderia passar despercebida caso não ocorresse alguns meses depois – novembro de 1935 - a tentativa de levante por parte do Partido Comunista. Também conhecido como *Intentona Comunista*. O acirramento de posições e a ação dos órgãos repressivos levaram milhares de militantes e simpatizantes da ANL à prisão nos anos seguintes. Entre os presos, várias mulheres. Entre estas, figuravam nomes como Armanda Álvaro Alberto<sup>4</sup>, diretora da Escola Regional de Meriti, suspeita de participar do levante comunista e signatária do Manifesto dos Pioneiros.

O Brasil vivia um Estado de sítio no final de 1935. A repressão sofisticava-se, sendo criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, com poderes em todo o território nacional, inclusive de “[...] propor a prisão de qualquer pessoa cuja atividade pudesse ser considerada prejudicial às instituições.” (KELLER, 2001, p. 4.901). Em fevereiro de 1936, a Comissão elaborou uma lista de nomes destinados à prisão, tais como: o prefeito do Distrito Federal Pedro Ernesto Batista, o jornalista Maurício de Lacerda, o educador e signatário do Manifesto dos Pioneiros, Anísio Teixeira<sup>5</sup>, entre outros.

Desta forma, o ano de 1936 herdou a coloração do “ano vermelho”, permeado porém pela repressão e caça aos ditos “comunistas” (denominação abrangente para trotskistas, socialistas e anarquistas, simpatizantes ou não da Aliança), envolvidos direta ou indiretamente na tentativa de golpe de Estado. Em setembro, foi instituído o Tribunal de Segurança Nacional que funcionou até 1945, tendo ocupado os bancos de réus tanto os membros da esquerda brasileira como também políticos liberais e integralistas. Ou seja, qualquer um que pudesse ser apontado como adversário do governo Getúlio Vargas e de seus interesses em se manter no poder.

Esses eram os fatos que ocupavam as manchetes dos jornais e, como produziram os episódios que atingiram a educação e se fizeram sentir de forma indelével nas ideias e nos atos dos seus atores, sejam renovadores ou conservadores. Pano rápido: faltavam alguns dias para o golpe do Estado Novo, concretizado em 10 de novembro, que dissolveu a Câmara dos Deputados, o Senado, as Assembleias Legislativas dos estados e as Câmaras Municipais



## PRIMEIRO EPISÓDIO: O FECHAMENTO DA BIBLIOTECA INFANTIL DE CECÍLIA MEIRELES

“Escola Nova e Bolchevismo” - nestes termos anunciou o jornal carioca “O Povo”, de 26 de outubro de 1937, sobre o fechamento da Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco. Esse projeto era precioso para Cecília Meireles<sup>6</sup> que, juntamente com Anísio Teixeira, recebeu acusações de ser esquerdista. A Biblioteca Infantil foi criada durante a gestão de Anísio Teixeira na Diretoria Geral de Instrução Pública (1931-1934). Seja como diretor geral, seja como secretário de Educação e Cultura (1934-1935) do DF, Anísio Teixeira tinha propostas de inovações para a educação pública, como, por exemplo, os projetos de bibliotecas.

Assim, embalada pelo clima do escolanovismo foi criada, em 1932, a Biblioteca Central de Educação (BCE). Entendida como base da Reforma de Anísio Teixeira no DF, a BCE tinha como objetivo a distribuição de livros e publicações do Departamento de Educação destinados à formação dos professores da rede pública, além de servir de estímulo à organização de bibliotecas nas escolas. No período também foi ampliada a Biblioteca do Instituto de Educação e, no ano de 1934, concretizou-se a Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco. (PIMENTA, 2001).

A Biblioteca Infantil, localizada em Botafogo, no Rio de Janeiro, ficou conhecida como Pavilhão Mourisco e sua direção ficou a cargo de Cecília Meireles. Este projeto logo transformou-se em um centro de cultura infantil, desenvolvendo várias atividades artísticas e culturais. Seu acervo foi constituindo-se por doações de educadores, de editoras, bem como da própria Cecília Meireles, contando também com recursos financeiros da própria biblioteca e de repasses da Biblioteca Central de Educação. (PIMENTA, 2001).

Com a demissão de Anísio Teixeira em 1935, a Biblioteca Infantil começou a passar por dificuldades e, em 19 de outubro de 1937, o centro foi invadido pelo interventor do Distrito Federal, Henrique Dodswoth. O fechamento da Biblioteca teve como motivação o fato de possuir, em suas estantes, livros de “teor comunista”, segundo a avaliação das autoridades do período. Nas perigosas estantes da Biblioteca Infantil foi apreendida, entre outras obras, a publicação subversiva de Mark Twain, “As Aventuras de Tom Sawyer”.

Nesse curto espaço de tempo em funcionamento, o Pavilhão Mourisco foi um lugar de incentivo e disseminação de cultura. Tornou-se bastante atraente para as crianças tanto pelo aspecto físico com estantes de altura apropriada e acessível às mãos e olhos infantis quanto pela possibilidade de frequência sem o acompanhamento de adultos, algo novo na época. (PIMENTA, 2001). Assim, a ação interventora oficial encerrou uma experiência inovadora com sua desativação definitiva.

Para entender o significado do fechamento da Biblioteca Infantil, não podemos perder de vista que, desde o final dos anos 1920, o Brasil estava passando por um momento de debate na área da educação, principalmente a partir do Manifesto dos Pioneiros de 1932. Os educadores Cecília Meireles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho,



Armanda Álvaro Alberto, entre outros nomes, foram signatários do documento, campo das trincheiras para defender os ideais da Escola Nova.

Do outro lado, setores conservadores, representados pela Igreja Católica ou pelo Integralismo, buscavam ampliar seus espaços de atuação e influência e a educação representava um desses territórios a serem conquistados, a serem expandidos. Com isso estava modelada o clima de disputa político-educacional.

Cecília Meireles, normalista, professora e poetisa, era um nome de destaque dentro do movimento da “Escola Nova”. Seus escritos no Jornal *Diário de Notícias* durante os anos de 1930 a 1934, conhecidos como Página da Educação, constituíram-se em um *front* para apresentar, debater e defender a renovação educacional contida no Manifesto. Com o fechamento do Pavilhão Mourisco, encarcerava-se a propagação das ideias escolanovistas na época.

## SEGUNDO EPISÓDIO: A POLÊMICA ENTRE ISAÍAS ALVES E LOURENÇO FILHO

O cerramento das portas da Biblioteca Infantil traz alguns indicativos que demonstram ser este mais um dos embates na luta de setores contrários à Escola Nova e ao pensamento e ação dos renovadores, um jogo de posições que se reflete dentro das discussões das políticas educacionais em vários lugares no período. A repercussão deste episódio ecoou na sala de sessões do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, localizado no 6º andar do edifício Ouvidor na rua de mesmo nome, número 169, onde foram instaladas as reuniões-plenárias do Conselho Nacional de Educação (CNE) em outubro de 1937. A Ata da Reunião do CNE do dia 27 de outubro deixa transparecer o clima tenso do encontro.

### 1ª. PARTE: UM ARTIGO NO JORNAL

A principal questão do expediente da reunião girou em torno do artigo do Jornal “O Povo”: “Escola Nova e Bolchevismo”. A matéria trazia um alerta contra o ideário escolanovista, afirmando estarem “de pé as denúncias do professor Isaías Alves” sobre os rumos “bolchevizes” da mesma. O artigo aplaudia o fechamento da Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco, dirigida pela simpatizante “esquerdistas” Cecília Meireles, considerada um foco de livros bolchevistas. (ESCOLA..., 1937, p. 01).

Lourenço Filho foi citado juntamente com Delgado de Carvalho<sup>7</sup>, ambos relacionados à Biblioteca do Instituto de Educação que, segundo o jornal O Povo, era o local onde orientava-se “a célebre *Escola Nova*”. (ESCOLA..., 1937, p. 01). Isaías Alves<sup>8</sup> também era mencionado na matéria como quem primeiro “denunciou como bolchevize” a Biblioteca do Instituto. Para o jornal, este ato lhe “valeu a demissão” do Instituto durante a administração de Anísio Teixeira. (ESCOLA..., 1937, p. 01).



O jornal ataca a Escola Nova e, principalmente, os educadores Lourenço Filho, Anísio Teixeira e Cecília Meireles. A matéria investia no caráter de denúncia, ora sugerindo a existência de elementos ligados ao “pensamento bolchevizante”, ora com uma dose de ironia ao classificá-los como “educadores modernistas”. Outrossim, exigia atitudes ou “medidas repressivas que o caso exige”, questionando inclusive a indicação de Cecília Meireles para a cadeira de Literatura da Universidade do Distrito Federal, o que abria a possibilidade da professora continuar a “[...] propagar as idéias do senhor Anísio Teixeira.” (ESCOLA..., 1937, p. 01).

As duas colunas que compunham a nota jornalística tinham como objetivo relacionar Escola Nova com bolchevismo ou comunismo. Não se furtavam em desabonar os “educadores modernistas”, e assim, na trilha da Lei de Segurança Nacional e dos decretos que põem fim às atividades da ANL e da UFB, procuravam comprometer os nomes de Cecília Meireles e Lourenço Filho na malha repressiva do governo de Vargas.

Em função deste artigo, instaurou-se uma controvérsia entre os conselheiros Lourenço Filho e Isaías Alves. A Ata do encontro espelhava a disputada arena da educação nacional do momento histórico em foco revelando as posições conservadoras em franca guerra contra o pensamento da Escola Nova e o medo que ele se “apropriasse” das Escolas brasileiras.

## 2ª PARTE: A REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

“Havendo número legal, está aberta a sessão” da 3ª sessão extraordinária, declarou o presidente do CNE Professor Reynaldo Porchat às 15 horas e 20 minutos do dia 27 de outubro de 1937. Após a aprovação da ata da reunião anterior, é destinada a palavra ao Professor Lourenço Filho, Diretor do Instituto de Educação, que, lendo documento por ele escrito, refuta a denúncia do jornal “O Povo” em que é identificado como “comunista”. “Devo, de início, pedir desculpas aos nobres companheiros deste conselho”, assim iniciou Lourenço Filho. Ao dar continuidade a sua leitura, chamou a atenção para a denúncia, esclarecendo que “não daria maior importância a essa acusação se tivesse tido origem na falta de assunto do repórter”. A seguir, prossegue citando acontecimentos passados no Instituto de Educação, do DF, e ofícios que revelam ter colaborado com investigações sobre a presença de extremistas no interior do Instituto, bem como a devolução de livros à Biblioteca Central, que julgava inadequados.

O clima da reunião estava pesado pela conjuntura de perseguição e prisões que ocorriam. Lourenço Filho prosseguiu com sua leitura e afirmou que o Instituto de Educação, sob sua direção, “tem sido sempre contra as idéias comunistas” e que, naquele momento, além de estar defendendo o Instituto, estava defendendo sua honra. E prosseguiu dizendo que o denunciante “pertence a esta casa”, e é identificado no subtítulo do artigo do jornal onde se lia: “Dé pé as denúncias do professor Isaías Alves”. (CNE, 1937a, p. 375).

Ainda na sua intervenção daquela tarde, destacou: “[...] de cabeça erguida e ânimo resoluto é que devem ser apontados os traidores da Nação, com a apresentação de provas.”





(CNE, 1937a, p. 375). E, como membro do CNE, exigiu que se apresentassem provas de que foi ou era comunista. Mais, sendo o Conselho convencido das provas, que tome atitude “[...] junto às autoridades [...]” para a sua punição, e se não houver provas, mas apenas indícios, continua, “[...] renunciarei a cargos públicos e emigrarei do país.” (CNE, 1937a, p. 376).

Após o pronunciamento de Lourenço Filho, Isaías Alves, no uso da palavra, admitiu que era um simples colaborador do jornal “O Povo”, mas não validou sua participação na matéria jornalística. (CNE, 1937a, p. 376). Isaías Alves, era ligado ao integralismo e representava naquele momento o pensamento conservador. Nesta reunião, para eximir-se de qualquer acusação esclareceu o termo “bolchevizantes ou enfraquecedores” que utilizava para autores como Dewey e Kilpatrick, introduzidos no Brasil pelos escolanovistas. Para Alves, “bolchevizantes” seriam os indivíduos enfraquecedores que seguem a “[...] psicologia mecanicista [...]” e que “[...] excluem da vida do aluno o elemento espiritual.” (CNE, 1937a, p. 380).

A discussão prosseguiu e o Professor Isaías Alves nega que tenha afirmado que Lourenço Filho fosse comunista. A tensão no encontro do CNE fica patente no registro da Ata. Por fim, Lourenço Filho admite ao presidente que estava satisfeito com a declaração de Alves de não considerá-lo figura “bolchevizante”.

O conservadorismo do Conselheiro e sua crítica a Escola Nova resumia-se em entender o movimento como “bolchevizante”, rótulo que se estendia a autores como Dewey, Kerchensteiner e Kilpatrick. Em escrito datilografado (provavelmente enviado ao Secretário Américo Lacombe) que foi incorporado ao originais do Serviço de Taquigrafia, Isaías Alves explicou sua compreensão do Manifesto dos Pioneiros apontava-o como um documento “[...] contrário aos princípios da Igreja Católica e de orientação socialista [...]”, sendo que “[...] suas idéias foram de nefasta influência na educação da juventude de nosso país, [...] **provocando a desordem da escola brasileira**, sobretudo no Rio de Janeiro.” (CNE, 1937b, p. 25, grifo nosso). Tomava como seu dever combater suas ideias porque a “[...] reconstrução moral e política da nação precisa de educação disciplinadora.” (CNE, 1937b, p. 25).

Entretanto, esse debate continuou nas correspondências trocadas entre Lourenço Filho e Américo Lacombe, secretário do Conselho. O conteúdo tratava da Ata desta reunião e, principalmente, das correções feitas por Alves que não possuíam anuência de Lourenço Filho. O educador escolanovista queixava-se ao Secretário Américo Lacombe, pedindo providências. Para Lourenço Filho o serviço taquigráfico omitiu trechos da discussão e, por suas vez, em posse do registro taquigráfico, o professor Isaías Alves “[...] não se limitou a corrigir a forma: alterou profundamente a significação de frases suas, já substituindo palavras, já introduzindo novos trechos.” (CNE, 1937b, p. 02). Além disso, Isaías Alves “[...] teve a coragem de corrigir frases minhas [...]” ao substituir palavras como “bolchevizantes” por “comunista”. (CNE, 1937b, p. 02). Nessa carta datilografada, Lourenço Filho listou uma série de alterações e acrescenta a tinta “[...] o caso envolve graves responsabilidades, como vê.” (CNE, 1937b, p. 03).



Como já vimos acima, o clima de repressão ao comunismo tomava grandes proporções e Lourenço Filho não admitia que suas palavras fossem transformadas e usadas para reforçar as acusações contra educadores escolanovistas. As alterações realizadas por Alves, e apontadas por Lourenço Filho, dizem respeito, entre outras, às palavras: “bolchevizantes”, substituídas por “comunistas” e “em determinada época”, por “dezembro de 1935”. Tais substituições acarretariam “graves responsabilidades”, pois o reclamante antevia o clima de perseguição e repressão ao comunismo que logo tomaria corpo e forma no Estado Novo.

Em carta para Américo Lacombe de 8 de novembro de 1937, Isaías Alves criticou o fato de apenas um taquígrafo acompanhar a reunião, o que prejudicou o registro da discussão. Sobre o ponto “bolchevizante”, entendia que significava também comunista e que sua substituição ajudava a compreender o texto “onde escapavam longas frases”. Encerrava com a saudação integralista: anauê! (CNE, 1937b, p. 03). Por fim, a Ata final incorporou as sugestões de Lourenço Filho prevalecendo o aspecto real e democrático dos registros da reunião.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um estudo aprofundado desta reunião do CNE revela-nos também um outro lado, além da questão de acusação de comunista ou “bolchevizante” dirigida a Lourenço Filho. Fica claro o combate explícito à Escola Nova e a todo pensamento renovador da educação representado pelos signatários do Manifesto bem como uma investida aos pensamentos mais progressista. No caso, o embate também dirigido contra Cecília Meireles, professora e renovadora que, naquele momento, era reconhecida como uma das principais vozes de defesa dos ideais escolanovistas, ainda dentro dos princípios contidos no Manifesto dos Pioneiros.

Posteriormente, em 25 de julho de 1938, em sua edição das 17 horas, O Globo criticou o fechamento das bibliotecas infantis. A matéria dizia que um “informante” recomendava que “As aventuras de Tom Sawyer de Mack Twain não oferecem o menor perigo às inteligências ou aos corações das crianças.” (DÊEM ESCOLAS..., 1938, p. 04). De acordo com essa pessoa, o “index” atingiu também as bibliotecas docentes e prejudicava as professoras pela impossibilidade de ler livros como de Alfredo Miguel Aguayo y Sanchez – obra de estudos de pedagogia – “[...] indispensáveis à cultura de quem lida com problemas educacionais. Até mesmo José Veríssimo saiu das estantes dos centros de leituras.” (DÊEM ESCOLAS..., 1938, p. 04). O misterioso informante sugeria ao governo que ainda estava em tempo de “[...] penitenciar-se dos prejuízos causados às bibliotecas infantis.” (DÊEM ESCOLAS..., 1938, p. 04). Também dava relevo à pesquisa de Cecília Meireles sobre as preferências de leitura das crianças e destacava sua importância. (DÊEM ESCOLAS..., 1938, 04). Essa publicação chega tarde pois a desarticulação dos projetos escolanovistas que representavam um pequeno avanço no campo educacional já estava consolidada em diversas áreas.



Esses litígios faziam parte do contexto histórico daquele momento e a construção de um Estado de Exceção. A partir de 1935 até 1937, desenhava-se a instalação de uma “ditadura soberana”. (AGAMBEN, 2004). As ações que culminaram com o Estado Novo passavam pelo controle do legislativo. Os sucessivos decretos do executivo eram devidamente aprovados pelo parlamento e caracterizavam cada vez mais um estado de exceção, onde ocorre uma fusão entre os poderes, situação essa que emergiu com apoio de vários grupos. Antes desses acontecimentos, Getúlio Vargas anunciou no “Manifesto à Nação” de 1934, suas afirmações que colocavam em cheque os conceitos de liberdade de crítica. Para Vargas,

[...] essa liberdade não pode ultrapassar os limites que a definem, sem graves prejuízos para o Estado, que a regula, em proveito dos interesses coletivos. *Sub lege libertas*. Advertir honradamente os mandatários do poder, esclarecer-lhes a razão, apontar-lhes as falhas, ajudá-los, em suma, com avisos salutares nos passos difíceis, é oferecer-lhes o maior testemunho de acatamento. Mas atacá-los, arrasta-los ao ridículo, rebaixa-los no conceito público, pelo insofrido amor do escândalo, é converter um princípio de ordem em dogma de anarquia. Desmoralizar a autoridade é enfraquecer o Estado. Por isso, desde os primórdios da civilização, da cidade antiga ao mundo moderno, o equilíbrio da hierarquia, que mantém as relações entre dirigentes e dirigidos, é o índice mais transparente dos grandes povos. (VARGAS, 1934, p. 108).

Em novembro de 1937, apoiado por vários governadores e deputados, Vargas, mediante o argumento acerca do perigo que corria a democracia, fechou o Congresso e engendrou uma nova Constituição. Transformava a República parlamentar em governamental, caracterizada por ser “[...] um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas.” (AGAMBEN, 2004, p. 78).

O fechamento da Biblioteca Infantil do Pavilhão Mourisco e o episódio no CNE são significativos para entender a repressão política e perseguição aos que acreditavam em uma outra educação ou não comungavam das pretensões de Getúlio Vargas. Podemos considerar como vitórias parciais do conservadorismo sobre o pensamento renovador, principalmente no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Importante destacar que os debates não giravam apenas em torno da adoção ou não do modelo escolanovista para o sistema público, ou ainda em torno do aspecto religioso. Em um momento sensível como o nosso as perseguições e os ataques vazios e sem fundamentação continuam a ocorrer agora como farsa de péssima encenação destinada a comprometer o futuro das próximas gerações que serão apartadas de um pensamento plural e crítico da realidade brasileira no interior da Escola.



## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

BOAVENTURA, E. M. Isaías Alves de Almeida. Verbete *In*: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil - da colônia aos nossos dias**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: MEC-Inep-Comped, 2002.

BRASIL. Decreto nº 229 de 11 de julho de 1935. Brasília, DF: Câmara do Deputados, 1935a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-229-11-julho-1935-518037-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 246 de 19 de julho de 1935. Brasília, DF: Câmara do Deputados, 1935b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-246-19-julho-1935-509259-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 38 de 04 de abril de 1935. Brasília, DF: Câmara do Deputados, 1935c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 mar. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança nº 127. União Feminina do Brasil contra Decreto 246/1935 da Presidência da República. Relator Ministro Manuel Costa Manso. Decisão em 23/09/1935. INDEFERIDO por unanimidade. 1935d.

CNE. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Ata de Reunião do Conselho Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937a.

CNE. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Originais Serviço de Taquigrafia**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937b.

DÊEM ESCOLAS ao Brasil. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1938.

ESCOLA nova e bolchevismo: coisas que precisam ser vistas – de pé as denúncias do professor Isaías Alves. **Jornal O Povo**, Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1937.

GANDINI, R. P. C.; RISCAL, S. A. Manoel Bergström Lourenço Filho. Verbete *In*: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil- da colônia aos nossos dias**. 2. ed. atual. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: MEC-Inep-Comped, 2002.

KELLER, V. V. R. Verbete *In*: ABREU, A. A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARÃO, S. T. N. (coord.). **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. 5 v.

LEAL, H. A. T. **Amélias de ontem**: a educação feminina na concepção de intelectuais da década de vinte. 1997. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Programa de estudos pós graduados em educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.



LÔBO, Y. L. Cecília Benevides de Carvalho Meireles. Verbete *In*: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil - da colônia aos nossos dias**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: MEC-Inep-Comped, 2002.

MACHADO, M. S. A implantação da geografia universitário no Rio de Janeiro. **Revista On-line Geografia**, ano II, n. 03, semestral, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13378/8578>. Acesso em: 27 mar. 2019.

MIGNOT, A. C. V. **Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado de Armanda Álvaro Alberto**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

MORAES, J. D. de. Cecília Meireles e o ensino religioso nos anos 1930: embates em defesa da escola nova. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 741-754, set. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022016000300741&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022016000300741&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 out. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201609151046>.

NUNES, C. Anísio Spínola Teixeira. Verbete *In*: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil - da colônia aos nossos dias**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: MEC-Inep-Comped, 2002.

PILETTI, N. Fernando de Azevedo. Verbete *In*: FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (org.). **Dicionário de Educadores no Brasil - da colônia aos nossos dias**. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: MEC-Inep-Comped, 2002.

PIMENTA, J. S. Leitura e encantamento: a biblioteca infantil do Pavilhão Mourisco. *In* NEVES, M. S.; LÔBO, Y.; MIGNOT, A. C. V. **Cecília Meireles: a poética da educação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola, 2001.

SILVA, H. **1935: a revolta vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

UMA CONFERÊNCIA libertária. **Jornal A Lanterna**. São Paulo, nº 398, 13 de julho de 1935, p. 02. Diretor Gerente Edgard Leuenroth, 1935.

VARGAS, G. **Manifesto à nação**. Rio de Janeiro: Serviço de Publicidade da Imprensa Nacional, 1934.

## Notas

<sup>1</sup> Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

<sup>2</sup> Vicente Paulo Francisco Rao (1892-1978) - Ministro da Justiça e Negócios Interiores no Governo Getúlio Vargas, empossado em 1934. Neste mesmo ano participou da fundação da USP; foi o responsável pela Lei de Segurança Nacional, em 1935 e pelo fechamento da ANL; em 1936, criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo; pediu exoneração do Ministério em janeiro de 1937 em solidariedade à Armando Sales que renunciara ao cargo de governador de São Paulo para disputar as eleições para a Presidência da República. Após este fato, volta à atividade de advogado e de professor na Faculdade de Direito da USP; com o Estado Novo foi demitido do cargo de professor, retornando à função em 1941. No ano de 1953, volta ao governo Vargas, junto



ao Ministério das Relações Exteriores, permanecendo até o suicídio do Presidente em 1954. (KELLER, 2001, p. 4.899-4.902).

<sup>3</sup> *Juris et de jure e juris tantum* - Expressões latinas que, em linguagem jurídica, significam, respectivamente, *De direito e por direito*, ou seja, Lei como verdade que não admite prova ao contrário e, *De direito Somente*, da presunção legal até prova em contrário.

<sup>4</sup> Armanda Álvaro Alberto (1892-1974) – Educadora que começou a lecionar para crianças em Angra dos Reis (RJ) tentando suprir a falta de escolas na cidade. A partir desta experiência, criou em 1921 a Escola Proletária de Meriti, em Duque de Caxias (RJ) que, posteriormente, teve o nome mudado para Escola Regional de Meriti. Ao lado da escola foi criada uma biblioteca aberta ao público, iniciativa pioneira na região. Outra novidade foi o Círculo de Mães que tinha por finalidade realizar a integração da comunidade com a escola, responsável também pela criação da merenda escolar. Participou da criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924; sendo também fundadora da União Feminina do Brasil (UFB). Em função de sua participação na UFB e na Aliança Nacional Libertadora (ANL) permaneceu presa oito meses na Casa de Detenção, posteriormente julgada e absolvida em julho de 1937. (LEAL, 1997; MIGNOT, 2002).

<sup>5</sup> Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) – Educador formado em Direito em 1922 e diplomado em educação pelo Teachers College da Columbia; professor de Filosofia da Educação da Escola Normal da Bahia e do Instituto de Educação do DF; Inspetor-Geral do Ensino da Bahia, realizando reforma educacional entre 1924-1929. Em 1931, assumiu, a convite do Prefeito Pedro Ernesto Batista, a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, palco de vários projetos educacionais, entre os quais a Universidade do Distrito Federal – UDF, de onde demitiu-se em 1935 por pressões políticas. Foi signatário do Manifesto dos Pioneiros de 1932; assumiu a secretaria Geral da CAPES; diretor do INEP de 1952 a 1964. Sua participação foi ativa em vários momentos da educação brasileira, muitas vezes sendo acusado de comunista pelo seus opositores, tendo uma trajetória foi marcada pela defesa da democracia. (NUNES, 2002, p. 71-79)

<sup>6</sup> Cecília Benevides de Carvalho Meireles (1901–1964) - Professora desde 1917, exerceu magistério primário na Escola Normal do Distrito Federal e no Jardim de Infância Campos Salles. Em 1935, foi nomeada professora da Universidade do Distrito Federal. Organizou a primeira Biblioteca Infantil, inaugurada em 1934. Diretora da “Página de Educação” do Jornal Diário de Notícias (1930–1934), publicou várias crônicas e textos críticos sobre a educação naquele período, sendo também signatária do Manifesto dos Pioneiros em 1932. (LÔBO, 2002, p. 237-247)

<sup>7</sup> Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) – Educador, foi diretor do Colégio Pedro II e também professor de Sociologia no mesmo Colégio e do Instituto de Educação, sendo membro do Conselho Nacional de Educação (tomou posse em 1935). Foi signatário do Manifesto dos Pioneiros, além de professor da Universidade do Distrito Federal. Por meio de seus trabalhos, deu grandes contribuições à geografia no Brasil. (MACHADO, 2000).

<sup>8</sup> Isaías Alves de Almeida (1888-1968) - Professor desde os 17 anos, iniciou-se no magistério como professor primário no Ginásio Ypiranga, diplomando-se em Direito em 1910. Foi Catedrático de Psicologia Educacional da Escola Normal e da Faculdade de Filosofia da Bahia (1941-1958). Assumiu a Diretoria de Instrução Pública da Bahia após seu retorno dos EUA, onde obteve título de Master of Arts e Instructor in Psychology. Foi membro nomeado para o Conselho Nacional de Educação (1936 a 1958) e Secretário da Educação e Saúde da Bahia (1938-1942). No livro “Educação e Brasilidade” deixa claro sua adesão às ideias do Estado Novo, sendo filiado ao Integralismo. (BOAVENTURA, 2002, 511-518).